



**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A –
EMGERPI**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S.A., é uma sociedade de economia mista, criada por força da Lei complementar nº. 83 de 12 de abril de 2007, cujo objetivo é aprimorar e gerenciar os recursos humanos, além de garantir a produtividade dos servidores no exercício de suas atividades.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas integralmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa em moeda corrente (Real).



NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas e as despesas são incluídas na apuração do resultado no período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas estimativas e premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras dívidas.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais encargos ou reduzido por eventuais diminuições no valor recuperável.

d) Disponível

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



e) Contas a Receber

No Balanço refere-se ao subgrupo 'Devedores Diversos', formado essencialmente por adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.

g) Passivo circulante

As obrigações junto a fornecedores estão demonstradas ao custo de cada operação, quando aplicável. As obrigações fiscais, trabalhistas, sociais e tributárias estão demonstradas pelo valor principal das obrigações.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Caixa	0,00	0,00
Banco c/ Movimento	83.437,05	49.013,03
Banco – SIAFE	0,00	0,00
Aplicação Financeira Convênios	36.540,42	12.583,50
	119.977,47	61.596,53



Ao final do Exercício, o valor de R\$ 119.977,47 (cento e dezenove mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), constante no grupo “Banco c/ Movimento”, é composto principalmente por valores bloqueados judicialmente nas contas 824-4, 467-2 e 4842-1 da Caixa Econômica Federal.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

O montante apresentado no Balanço Patrimonial refere-se aos subgrupos: “Devedores Diversos”, composto principalmente pela conta “Adiantamento a fornecedores”.

NOTA 6 – CONVÊNIOS DIVERSOS

Refere-se a convênios firmados pela extinta COMDEPI, os quais estão em processo de análise documental para as devidas finalizações.

NOTA 7 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E COBRANÇAS JUDICIAIS

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Tomadas de Contas	546.708,24	546.708,24
	546.708,24	546.708,24

O montante de R\$ 546.708,24, refere-se a adiantamentos de Fundos Fixos concedidos em anos anteriores que não tiveram suas baixas contábeis realizadas por ausência de prestações de contas e/ou prestações não considerada aptas para a baixa.

Os referidos adiantamentos foram divididos e reclassificados em:

1. Tomadas de Contas Especiais, para valores a partir de R\$ 50.000,00 (cinquenta de mil reais); e
2. Cobranças Extrajudiciais, para valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta de mil reais).



Os processos de Tomadas de Contas Especiais foram instaurados e analisados pela comissão de Tomadas de Contas e após emissão de relatório, foram devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/ PI como parte do procedimento. Em relação aos valores inferiores a R\$ 50.000,00, foram emitidas cobranças extrajudiciais aos responsáveis.

NOTA 8 - DEPÓSITOS RECURSAIS E JUDICIAIS

Integrados por valores decorrentes de bloqueios judiciais, prioritariamente de ordens trabalhistas.

NOTA 09 – IMOBILIZADO E DEPRECIÇÃO

Discriminação	2022 (R\$)	2023 (R\$)
Imobilizado Saldo Inicial	74.898.734,24	74.898.734,24
Aquisição	-	445.800,00
Baixa	-	2.267.892,00
Imobilizado Saldo Final	74.898.734,24	73.076.642,24
Depreciação Anual	9.398,25	11.447,56
Saldo da Depreciação	4.097.369,84	4.108.817,40

No exercício de 2023 foi incorporado a conta imobilizado o montante de R\$ 445.800,00, referente a avaliação do imóvel do Escritório Regional de Picos. Ressalte-se ainda que houve ajuste (baixa contábil) no valor R\$ 2.267.892,00 referente ao terreno na Rua Magalhães Filho, que após análise pelo setor imobiliário da Emgerpi, verificou-se que o referido imóvel não é de propriedade desta Empresa. A Empresa manteve o critério de cálculo de depreciação. No



exercício de 2023 o valor da depreciação calculada e contabilizada foi de R\$ 11.447,56.

NOTA 10 – IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

Ao final do Exercício de 2023, o saldo constante refere-se prioritariamente ao pagamento de IPTU do exercício de 2023, de taxas de lixo e de iluminação pública (COSIP) dos exercícios de 2020 e 2021 pagas à Prefeitura de Teresina; além de pagamentos de parcelas referentes a negociação de ITR junto a Receita Federal.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Valores referentes a despesas com Folha de Pagamento, Contribuições Sindicais e Consignados.

NOTA 12 – RECEITAS

As transferências de recursos oriundos do Governo do Estado do Piauí no exercício de 2023 para manutenção da Empresa são contabilizadas na seguinte conta:

❖ Ganho com Doações e Subvenções de Custeio do Estado – R\$ 119.403.742,14.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 125.885.754,92, representado, por 125.885.754 ações ordinárias nominativas.



B) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

❖ De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve ser influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período.

❖ Na conta Ajuste de Exercícios Anteriores são contabilizadas as retificações de erros imputáveis a determinado exercício anterior. Neste exercício foram contabilizados os seguintes ajustes:

DESCRIÇÃO		NATUREZA	
		DÉBITO	CRÉDITO
Ajuste de Saldo FCVS	B.1)	-	599.801,98
Ajuste de Bens Imóveis	B.2)	2.267.892,00	445.800,00
Ajustes de Rescisões/ Causas Trabalhistas	B.3)	-	259.344,01
Demais Ajustes	B.4)	11.477,01	246,45
Ajuste de Fornecedores	B.5)	51.829,95	13.476,12
Ajuste de INSS	B.6)	23.936,12	1.847.715,40
SUBTOTAL	-	2.355.135,08	3.166.383,96
TOTAL	-	-	811.248,88

B.1) Ajuste de Saldo FCVS

Referem-se a ajustes de saldo contábil, referente a recebimento de créditos oriundos de títulos FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), decorrente de saldos devedores remanescentes de contratos firmados com mutuários finais no sistema financeiro habitacional, que devem ser destinados ao Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí, conforme disposto na Lei Complementar nº 39, de 14 de julho de 2004.

B.2) Ajuste de Bens Imóveis



Refere-se a ajuste de bens imóveis incorporados através de avaliação e registros dos imóveis.

B.3) Rescisões/ Causas trabalhistas

Refere-se a ajuste de provisões de Rescisões e Causas Trabalhistas.

B.4) Demais Ajustes

Valor correspondente a reversões de provisões de despesas de exercícios anteriores.

B.5) Ajuste de Fornecedores

Valor correspondente a ajuste de provisões de fornecedores.

B.6) Ajuste de INSS

Refere-se a reversão de provisões de INSS.

C) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

❖ A base das receitas da Empresa são as subvenções recebidas destinadas ao custeio, não somente das despesas do exercício, como também de despesas já reconhecidas e não pagas em exercícios anteriores.

❖ Assim, foi contabilizado na conta de 'Prejuízos Acumulados – Lucros Acumulados o valor de R\$ 376.601,21, diminuindo o prejuízo acumulado. Vale ressaltar que o valor acima mencionado se refere a recursos recebidos para pagamentos de despesas de exercícios anteriores, mas pagas no exercício de 2023.

❖ Prejuízo Acumulado engloba o Resultado do Exercício mais as variações dos Ajustes de Exercícios Anteriores, ficando no exercício de 2023 no valor de R\$ 191.514.505,31.



D) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é de R\$ 66.698.554,12.

E) DIVIDENDOS

Aos acionistas estão assegurados dividendos na ordem de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Em decorrência de prejuízos acumulados não foram distribuídos dividendos neste exercício.

Teresina (PI), 31 de dezembro de 2023.

Adroaldo Araújo Reis
Diretor Presidente

Carlos Eduardo da Silva Rabelo
Diretor Administrativo, Financeiro e Contábil

Anderson Régis Viana da Cunha
Contador CRC-PI nº 7407